



Comitê de Representantes

Aprovada na 1136ª sessão

ALADI/CR/Ata 1130
14 de dezembro de 2011
Horário: 10h18m às 12h20m

ATA DA 1130ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do dia.
2. Consideração das propostas do Secretário-Geral para a designação dos Subsecretários para o período 2011-2014 (ALADI/CR/Resolução 94).
3. Assuntos em pauta.
4. Consideração das atas correspondentes às 1125ª e 1126ª sessões.
5. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Sistema de apoio aos PMDERs (ALADI/CR/PR 283/Rev. 1).
6. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais.
 - Prorrogação do prazo contemplado no Artigo QUINTO da Resolução 380 do Comitê de Representantes.
7. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio.
8. Resolução para a adoção da NALADI/SH 2012 (ALADI/CR/PR 284).
9. Observatório das Relações América Latina – Ásia-Pacífico (ALADI/CR/PR 285).

10. Reunião de Ministros Responsáveis pelo Comércio
(ALADI/RMC/I/Relatório Final).

11. Assuntos diversos.

Preside:

EMILIO RAFAEL IZQUIERDO MIÑO

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Gustavo Constantino García, Federico Villegas e Mariana Plaza (Argentina); Salvador Ric Riera e Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian, Otávio Brandelli, Mauricio Alves de Costa e Marcus Vinicius Ramalho (Brasil); Eduardo Burgos Santander e Constanza Alegría Pacull (Chile); María Clara Isaza Merchán e Luz Marina Rivera (Colômbia); Carmen Zilia Pérez Mazón e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Emilio Rafael Izquierdo Miño, Gustavo Anda e Adolfo Blum Montero (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Jorge Fernando Anaya González (México); Alejandro Hamed Franco, Raúl Cano Ricciardi e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); Jorge Tello, Ricardo B. Romero Magni e Jéssica Pásara Caycho (Peru); Linda Rabbaglietti e Ivannah Garelli Ruggia (Uruguai); Julio Chirino Rodríguez, Luis Alejandro Sauce Navarro e Cecilio Crespo (Venezuela); Digna M. Donado (Panamá), Maurizio Gelli (Nicarágua), Gladis Genua (CAF).

Secretário-Geral: Carlos Alvarez.

Subsecretários: César Llona e Pablo Rabczuk.

PRESIDENTE. Bom dia. Damos início à sessão ordinária do Comitê de Representantes N° 1130.

1. Aprovação da Ordem do dia

...Quero submeter à consideração a Ordem do dia que está em suas pastas, com uma sugestão que faço como Presidência, qual seja, que o ponto 10 "Consideração das propostas do Secretário-Geral para a designação dos Subsecretários para o período 2011-2014" seja revisado por nós e considerado como ponto N° 2 da agenda, e que também possamos, nesta mesma Reunião ordinária, proceder à incorporação dos Subsecretários sugeridos.

Se todos estiverem de acordo com esta mudança na agenda que está em suas pastas, continuamos a Reunião. Não vejo objeções, dessa maneira, aprova-se a Ordem do dia com a mudança proposta pela Presidência.

2. Consideração das propostas do Secretário-Geral para a designação dos Subsecretários para o período 2011-2014 (ALADI/CR/Resolução 94)

...Passamos, então, ao ponto 2 da agenda, "Consideração das propostas do Secretário-Geral para a designação dos Subsecretários para o período 2011-2014". Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Coloca-se à consideração o Projeto de Resolução para designar como Subsecretário para o Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio o senhor César Augusto Llona Silva.

PRESIDENTE. Está à consideração a designação do senhor César Augusto Llona Silva como Subsecretário para o Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio da Associação Latino-Americana de Integração por um período de três anos a partir da data da presente Resolução.

Submeto à consideração das Representações. Não havendo objeções, aprova-se esta designação. Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Submete-se à consideração o Projeto de Resolução para designar como Subsecretário de Cooperação, Assistência Técnica e Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo o senhor Pablo Rabczuk Ruiz.

PRESIDENTE. Obrigado. Submeto à consideração das Representações esta designação do senhor Pablo Rabczuk Ruiz como Subsecretário de Cooperação, Assistência Técnica e Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDERs) da ALADI, por um período de três anos a partir da data da presente Resolução.

Submeto à consideração das Representações esta designação. Não havendo objeções, aprova-se.

Desta maneira, aprovamos a designação do senhor César Augusto Llona Silva, com a Resolução N° 388, e a designação do senhor Pablo Rabczuk Ruiz, com a Resolução N° 389.

“RESOLUÇÃO 388

DESIGNAÇÃO DE SUBSECRETÁRIO

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Artigo 35 do Tratado de Montevideu 1980, as Resoluções 94 e 366 do Comitê de Representantes,

RESOLVE:

Designar o Senhor César Augusto Llona Silva como Subsecretário de Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio da Associação Latino-Americana de Integração por um período de três anos, a partir da data da presente Resolução.”

“RESOLUÇÃO 389

DESIGNAÇÃO DE SUBSECRETÁRIO

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Artigo 35 do Tratado de Montevideu 1980, as Resoluções 94 e 366 do Comitê de Representantes,

RESOLVE:

Designar o Senhor Pablo Rabczuk Ruiz como Subsecretário de Cooperação, Assistência Técnica e Apoio aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDERs) da Associação Latino-Americana de Integração por um período de três anos, a partir da data da presente Resolução.”

PRESIDENTE. A seguir, procedo à incorporação dos novos Subsecretários. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Como todos os senhores sabem, essas designações são fruto de um processo bastante longo, porque os países apresentaram candidatos muito competentes, de muita história nesta Instituição. Chegou-se a um consenso porque era muito difícil, para os próprios países, tomar a decisão referente aos próximos Subsecretários.

Penso que se respeitou uma certa distribuição regional, uma distribuição que também tem relação com a representação dos países. É, ainda, uma aposta em dois jovens profissionais, com uma história importante em sua curta carreira, com conhecimento dos temas, o que será muito útil à Associação. Então, estamos muito satisfeitos com a decisão dos países, com essa solução de consenso, e esperamos as importantes contribuições tanto de César Llona quanto de Pablo Rabczuk.

Convidarei a que se apresentem e digam algumas palavras.

PRESIDENTE. Antes de proceder, eu gostaria de expressar minhas mais calorosas felicitações aos novos Subsecretários por sua designação. Penso que é um passo muito importante que estamos dando neste período da ALADI. Obviamente, não somente enquanto durar minha Presidência, falta pouco tempo, mas, enquanto durar minha missão como Representante Permanente, ofereço-lhes toda a cooperação, não somente minha, pessoal, como também da missão sob minha responsabilidade.

Gostaria de passar a palavra ao senhor César Augusto Llona Silva, Subsecretário para o Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio da ALADI.

SUBSECRETÁRIO (César Llona). Bom dia, senhores Representantes Permanentes e funcionários das Representações.

Senhor Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração, senhores Representantes Permanentes junto à ALADI, senhores funcionários das Representações Permanentes, senhores Representantes dos países e organismos observadores, senhores funcionários e amigos todos da Secretaria-Geral.

Permitam-me começar estas muito breves palavras ressaltando a honra e a responsabilidade que para mim representa poder incorporar-me a este alto órgão político da Associação Latino-Americana de Integração.

Em primeira instância, gostaria de agradecer ao Secretário-Geral pela oportunidade de trabalhar a seu lado, em seu esforço de posicionar a Associação como o que realmente é, um referencial obrigatório em tudo o que se referir ao processo de integração na América Latina.

De igual maneira, gostaria de agradecer a meu país pelo apoio, bem como a este Comitê pela designação efetuada.

Pessoalmente, permitam-me manifestar-lhes que tenho a convicção de que, com a assinatura, em 18 de fevereiro de 1960, do primeiro Tratado de Montevideu, começou a materializar-se esse velho sonho de nossos povos de encontrar um rumo comum em prol de seu desenvolvimento econômico e social, que encontrou sua continuação histórica e

jurídica, adaptada às novas circunstâncias da região, com a assinatura do Tratado de Montevideu 80, um marco em nosso trabalho.

Devido a isso, vale dizer, devido à transcendência que confiro ao processo de integração que levamos a cabo na ALADI, considero da maior importância desenvolver de maneira permanente todas as ações que possibilitem um exercício de reflexão e tomada de decisões no mais alto nível, em relação ao futuro da integração da América Latina, como um passo não somente necessário, mas inevitável, para continuar impulsionando nosso processo integracionista.

Nesse sentido, cumprimento pelas ações que o Secretário-Geral vem realizando, como a celebração, no dia 6 de dezembro, de uma Reunião de Altas Autoridades em matéria de Comércio, levada a cabo aqui nesta sede da Associação, a qual, sem dúvidas, será refletida em uma agenda concreta e de maior compromisso político para a região e para o processo.

Sou consciente de que assumo em um período sumamente positivo em relação ao comércio na região. O desafio radica precisamente em fortalecer-nos frente a eventuais impactos da crise que atualmente abala o mundo desenvolvido, permitindo, desta maneira, que nossos intercâmbios comerciais continuem constituindo uma importante ferramenta na geração de novos postos de trabalho e no incremento nos níveis de vida de nossos povos. O desafio radica, igualmente, em fazer que esse crescimento seja mais inclusivo - devemos seguir enriquecendo nossa agenda.

Sem estender-me mais, gostaria de agradecer também ao pessoal da Secretaria-Geral, sem dúvidas, um de nossos mais valiosos recursos, funcionários técnicos, administrativos, bem como a meus companheiros funcionários internacionais, aos quais agradeço igualmente por sua amizade.

Para terminar, e refletindo um pouco sobre os trabalhos, muitas vezes longos e complicados que efetuamos aqui na Associação, permitam-me citar, não alguns de nossos próceres ou libertadores, mas sim alguém que talvez esteja mais de acordo com minha idade, Felipe, um personagem criado pelo brilhante desenhista argentino Joaquín Lavado, "Quino", em sua não menos genial "Mafalda", que, ao parar diante de um busto dedicado a algum ilustre personagem, leu uma inscrição que qualifica esse personagem como um lutador incansável, *"assim não vale"*, pensa Felipe antes de empreender novamente seu caminho, *"o mérito está em estar cansado e continuar lutando"*.

Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Subsecretário para o Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio da ALADI, por sua intervenção. Agora quero oferecer a palavra ao senhor Pablo Rabczuk Ruiz, Subsecretário de Cooperação, Assistência Técnica e Apoio aos PMDERs.

SUBSECRETÁRIO (Pablo Rabczuk). Muito obrigado, senhor Presidente. Queria pedir-lhes desculpas, não preparei um discurso, não sabia que a dinâmica de hoje seria essa, mas gostaria de começar cumprimentando o senhor Presidente, o Secretário-Geral, os Representantes Permanentes e os membros das Representações Permanentes junto à ALADI. Também gostaria de cumprimentar meus amigos funcionários da Secretaria-Geral.

Quero agradecer ao senhor, Secretário, pela oportunidade que me dá de desempenhar estas funções.

Quero agradecer muito especialmente a meu país, a meu prezado Embaixador Salvador Ric, e, por seu intermédio, a nosso Chanceler David Choquehuanca, pela confiança, pela continuada confiança que nosso país teve para com minha pessoa.

Quero agradecer a este Comitê de Representantes pelo voto de confiança e por dar-me a oportunidade de servir, a partir deste ponto, ao processo de integração.

Quero também agradecer, muito especialmente, nesses dois anos e nove meses em que estive aqui, à equipe da Secretaria-Geral e, sobretudo, à valiosíssima equipe do Departamento de Promoção do Comércio, companheiros, amigos, que fizeram possível que fosse feito um ótimo trabalho. Tenho certeza de que continuarão colaborando comigo.

Senhor Secretário-Geral, prometo ao senhor muito trabalho, prometo lealdade e prometo integridade. Sei que, com César, vamos trabalhar incansavelmente para que o senhor tenha uma ótima gestão e para que a gestão da Associação seja cada vez melhor.

Cabe a mim coordenar áreas de que pessoalmente eu gosto muito, a cooperação, a promoção do comércio, o programa de PMDERs, então trabalharei dia a dia com muita paixão e com muita alegria.

Finalmente, quero aproveitar esta oportunidade também para fazer um pequeno reconhecimento a meu antecessor, Subsecretário Oscar Quina, de quem aprendi bastante e penso que poderei aproveitar muito disso para minhas novas funções.

Obrigado, senhor Secretário.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Subsecretário de Cooperação, Assistência Técnica e Apoio aos PMDERs. Convido os Representantes Permanentes ao registro fotográfico com os novos Subsecretários.

- Realiza-se o registro fotográfico.

3. Assuntos em pauta

...Continuando nossa Reunião, passamos ao ponto Assuntos em Pauta. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. No documento que as Representações têm, são mencionados as notas e os documentos que devem ser ingressados na Sessão.

Entre eles, destacam-se: a nota da Representação Permanente do Peru, por meio da qual comunica a finalização de funções do senhor Embaixador José Emilio Romero Cevallos e informa que o Ministro Conselheiro Jorge Tello Aliaga se desempenhará como Representante Permanente até a designação do novo Representante; nota da Representação Permanente da Argentina por meio da qual comunica a finalização de funções da Conselheira Roxana Cecilia Sánchez, a partir de 5 de dezembro de 2011; notas da Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL por meio das quais comunica a finalização de funções do Primeiro Secretário George de Oliveira Marques e do Segundo Secretário Maurício Alves da Costa; nota da Embaixada da República do Panamá na República Oriental do Uruguai, por meio da qual comunica que o Vice-Chanceler da

República do Panamá, Francisco Álvarez de Soto, propõe a data de 2 de fevereiro de 2012 para o depósito do instrumento de ratificação do TM80 na Chancelaria da República Oriental do Uruguai. Obrigado, Presidente.

“Designações e término de funções

1. Representação Permanente da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota N° 139/11, de 05/12/2011.

Comunica finalização de funções da Conselheira Roxana Cecilia Sánchez, a partir de 5 de dezembro de 2011.

2. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 190, de 08/12/2011.

Comunica término de funções do Primeiro-Secretário George de Oliveira Marques, que partirá definitivamente do Uruguai em 21 de dezembro de 2011.

3. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 194, de 13/12/2011.

Comunica término de funções do Segundo-Secretário Maurício Alves da Costa, que partirá definitivamente do Uruguai em 16 de janeiro de 2012.

4. Representação Permanente do Peru junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 64, de 30/11/2011.

Comunica término de funções do Embaixador José Emilio Romero Cevallos, Representante Permanente junto à ALADI, e informa que o Ministro-Conselheiro Jorge Tello Aliaga se desempenhará como Representante Permanente a.i. até a designação do novo Representante Permanente.

Notas

1. Representação Permanente do México junto à ALADI. Nota N° 99, de 09/11/2011.

Proposta de Modificação do México ao Projeto de Resolução mediante o qual adotará a NALADI/SH 2012.

Publicado como ALADI/CR/di 3466.

2. Embaixada da República do Panamá junto à República Oriental do Uruguai. Nota N° 223, de 12/11/2011.

Comunica que o Vice-Chanceler da República do Panamá, Francisco Álvarez de Soto, propõe a data de 2 de fevereiro de 2012 para o depósito do instrumento de ratificação do TM80 na Chancelaria da República Oriental do Uruguai.

Vigência de Acordos

1. Representação Permanente da Bolívia junto à ALADI. Nota N° 55, de 30/11/2011.

Internalização ao Ordenamento Jurídico da Bolívia do Vigésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 36.

Publicado como ALADI/CR/di 3461.

2. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 185, de 30/11/2011.

Internalização ao Ordenamento Jurídico do Brasil do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário N° 3.

Publicado como ALADI/CR/di 3458.

3. Representação Permanente de Cuba junto à ALADI. Nota N° 40, de 10/11/2011.

Internalização ao Ordenamento Jurídico de Cuba do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 42.

Publicado como ALADI/CR/di 3457.

Convites recebidos

1. Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). Nota N° 743, recebida com data de 05/12/2011. Notifica Reunião Multianual de Especialistas sobre Serviços, Desenvolvimento e Comércio: a dimensão reguladora e institucional (Genebra – Suíça, 23-24.02.2011).

Documentos publicados

1. Memorando Específico de Cooperação entre a Associação Latino-Americana de Integração e a Embaixada da República da Coreia no Uruguai (ALADI/SEC/di 2450)."

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral, pela informação.

Lamento muito não haver visto oportunamente as solicitações, mas ofereço a palavra aos Representantes do Peru e da Bolívia. O Peru, por favor.

Representação do PERU (Jorge Tello). Obrigado, senhor Presidente. Perdão, mas a dinâmica desta Reunião é tão rápida que farei referência ao ponto anterior, se me permitem.

A Representação do Peru deseja expressar sua especial satisfação pela aceitação, pelo Comitê de Representantes, da proposta apresentada pelo senhor Secretário-Geral da ALADI. Esta proposta permitiu a designação por consenso dos Subsecretários, que completam a cúpula diretiva da Associação.

Desejamos manifestar nossas mais cordiais felicitações aos senhores César Llona Silva e Pablo Rabczuk por suas recentes designações. Desejamo-lhes todo sucesso nestas designações.

Como compreenderá o Comitê, o Peru tem especial satisfação pela designação do senhor Llona, que, além de ser nosso compatriota, reúne qualidade e qualificações que lhe permitirão desempenhar com sucesso o cargo de Subsecretário para o Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio na ALADI, para o qual acaba de ser designado.

A Representação do Peru deseja manifestar também seu agradecimento aos Governos dos países que, desde o princípio, respaldaram a candidatura do senhor Llona, os quais geraram uma massa crítica majoritária, suficientemente representativa, do ponto de vista geográfico, e equilibrada em relação aos países-membros da Organização, o que foi adequadamente percebido pelo senhor Secretário-Geral, como mencionado há pouco.

Igualmente, esta Representação deseja fazer constar seu especial reconhecimento, apreço e respeito ao Representante Permanente do Uruguai, Embaixador Gonzalo Rodríguez Gigena, por seu elevado prestígio e apreço entre seus colegas neste Comitê.

Não nos cabe a menor dúvida de que a designação dos senhores Subsecretários permitirá um eficiente e eficaz apoio à gestão e ao impulso renovado que está imprimindo a nossa organização o senhor Secretário-Geral, que acompanhamos com muito entusiasmo, particularmente no empenho de colocar nossa organização, a ALADI, no lugar que lhe corresponde, como referência da integração regional. Sucesso aos dois Subsecretários. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Alternado do Peru, por sua intervenção. Passo a palavra ao Embaixador, Representante Permanente da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, senhor Presidente. Da mesma maneira que a Representação do Peru, queremos tocar o tema anterior, a velocidade das coisas não nos permitiu, em seu momento, poder levantar para falar.

Quero agradecer às Representações, e, por seu intermédio, aos Governos que nos apoiaram nesta inquietude que tivemos há tempo de que um cidadão boliviano, funcionário desta Instituição, ocupasse o lugar de Subsecretário. Desejo que transmitam a seus Governos este agradecimento.

Desejo sucesso a Cesar e a Pablo nestas novas funções, um passo importantíssimo para eles em suas vidas. Conheço muito bem Pablo. Pablo nasce para a vida política comigo, é Subsecretário muito jovem. Já foi duas vezes Subsecretário, foi funcionário da CAN, funcionário da ALADI. Penso que Pablo vai muito rápido, mas vai bem. Necessitamos sua cooperação para mudar a lógica dos países de sair dessa situação na qual se encontram, não somente com novos sentimentos, mas também nova gestão, capacidade e vontade de fazer as coisas.

Quero dizer aos dois que o único caminho para a América é a integração. Não há outra possibilidade, e não é nada sábio dizer isso porque já o disse Bolívar em sua oportunidade e todos os que participaram em nossa luta de independência como colônia, da primeira independência que tivemos. Necessitamos, somos países pequenos, sem integração será impossível seguir adiante e suponho, creio e afirmo que nossos dois Subsecretários serão articuladores desta integração. César e Pablo, felicito os senhores e suas famílias, é um passo importante em suas vidas. Adiante e sucesso. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente da Bolívia, por sua intervenção. O distinto Representante Permanente da Venezuela solicitou a palavra.

Representação da VENEZUELA (Julio Ramón Chirino Rodríguez). Nossa Representação quer somar-se às felicitações, em primeiro lugar, tanto a Pablo quanto a César, por esta designação. Igualmente, destacar a candidatura do Uruguai e do Paraguai. Acreditamos que foi muito importante o processo que a ALADI veio vivendo nesses últimos meses de renovação, de busca de um novo horizonte, de retomar seu horizonte estelar dentro do processo de integração da América Latina.

Neste momento, também queremos destacar a juventude destes dois Subsecretários, que, junto com a experiência do Secretário-Geral, poderão amalgamar uma boa equipe de trabalho. Provavelmente a idade que tiveram nossos libertadores há 200 anos, 30, 40, 20 e poucos, agora lembro que Sucre foi Marechal de Ayacucho antes de chegar aos 30 anos, faleceu aos 35 anos sendo Presidente da Bolívia e sendo uma das figuras mais importantes de nossa independência, para não lembrar outros.

Então, nesse sentido, queríamos felicitá-los e, sobretudo, estar conscientes de que estamos em uma etapa na qual podemos unir a ALADI a um processo necessário que estamos vivendo na América Latina e vivemos na CELAC. Queríamos comentar-lhes: o espírito que se viveu na CELAC de soma, de integração, dentro da dissensão e dentro das visões diferentes que os países da América Latina têm, de poder ir criando consensos de políticas para o que é, de verdade, ter uma voz no concerto mundial.

Então, queríamos simplesmente comentar isso, dizendo-lhes que tanto o Secretário-Geral quanto os Subsecretários, sobretudo o Comitê, contam com esta Representação, na medida do

possível, para ir resolvendo desafios que temos há uns quantos anos. Lembro-me, quando comecei a vir a estes salões como membro da Representação da Venezuela, de que praticamente são os mesmos desafios que a Associação tinha, então acreditamos que estamos em um tempo e em um momento no qual podemos abrir esses horizontes.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Permanente da Venezuela, por suas intervenções. O Secretário-Geral solicitou a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Incorporados os Subsecretários, queria somente agradecer a generosidade do Paraguai e do Uruguai de haver ajudado à formação do consenso, então nosso agradecimento à Chancelaria e à Representação do Uruguai e à Chancelaria e à Representação do Paraguai por haver trabalhado. Sei que custou muito ceder em dois candidatos muito competitivos e muito conhecedores desta Associação, isso exige um agradecimento suplementar ao esforço do Uruguai e do Paraguai para alcançar este consenso. Muito obrigado em nome de todos.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Não havendo outra intervenção neste ponto, gostaria de continuar com nossa reunião de trabalho.

4. Consideração das atas correspondentes às 1125^a e 1126^a sessões.

...O seguinte ponto de nossa agenda se refere à consideração das atas correspondentes às sessões 1125 e 1126, as quais submeto à consideração das Representações.

Não havendo observações, considero que as Representações aprovam essas atas.

5. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Sistema de apoio aos PMDERs (ALADI/CR/PR 283/Rev. 1).

... O seguinte tema de nossa agenda se refere ao relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho do Sistema de apoio aos PMDERs. Ofereço a palavra à Representante Alternativa de Cuba, Mirna Martínez, Coordenadora do Grupo de Trabalho do Sistema de apoio aos PMDERs.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Muito obrigada, Presidente. Bom dia.

Farei um relatório breve em atenção à agenda bastante volumosa que o Comitê tem hoje, mas não queríamos deixar passar esta Reunião para informar que, na última reunião do Grupo de Trabalho de apoio aos PMDERs, as Representações analisaram dois pontos fundamentalmente. Um Projeto de Resolução que consta de suas pastas e que nos permitirá incluir no Orçamento da Associação para o ano 2012 o Plano de Ação em favor dos PMDERs, aprovado pela Resolução 68 (XV), e que nos permitirá dar uma margem mais de ação para cumprir esses mandatos; e, em segundo lugar, a avaliação das ações empreendidas no âmbito do Sistema de Apoio a esses três países durante o período do ano presente. Neste sentido, o Sistema de Apoio compreende duas áreas fundamentais: um componente comercial e um componente de cooperação.

No caso do componente comercial, a Secretaria fez uma ótima apresentação sobre o comportamento e o desenvolvimento deste componente no período e durante um lapso maior de tempo, que está compreendido no Estudo 199 “Evolução do comércio negociado e aproveitamento das preferências tarifárias”, que analisamos em outras ocasiões e que será e continuará sendo parte do estudo e da análise do Grupo de Trabalho em conjunto, certamente, com outras áreas da Secretaria e da Associação. Ratificou-se que, não

obstante a situação apresentada neste Estudo, as exportações e as importações desses países continuam sendo preferentemente e de forma importante da região da América Latina, particularmente dos países da ALADI, e, portanto, o trabalho no apoio a esses países continuará sendo fundamental.

Na esfera da cooperação, que é uma esfera importante também do Plano de Ação, informou-se que foram gerenciados 25 projetos, dos quais 16 foram finalizados e restam nove, cuja gestão finalizará, espera-se, em 2012. Aqui também se verificou algo muito importante: o crescimento sustentável dos desembolsos realizados no âmbito da gestão dos projetos, bem como o esforço de utilização do financiamento do orçamento de cada ano, melhorando, com eles, a situação do passado, quando se gerenciavam orçamentos de muitos anos de defasagem com relação ao ano de execução das atividades. Talvez esta tenha sido, no aspecto de cooperação, uma das questões mais importante alcançadas por este Grupo e pelos países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Em ocasião da Reunião, esta Coordenação fez um reconhecimento especial à gestão das Representações, as Representações da Bolívia, do Equador e do Paraguai, pelo trabalho que desempenharam com suas capitais para a conquista, essencialmente, da esfera da cooperação, e particularmente ao Departamento de PMDERs e a todos seus integrantes, Secretário, pelo eficiente trabalho que desenvolveram durante todo o ano na apresentação dos relatórios, na eficácia, na profundidade com que trataram os temas e no esforço com que todos os componentes deste grupo de funcionários trabalharam. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Agradeço à Representante Alternativa de Cuba pelo Relatório que acaba de nos apresentar e felicito por seu trabalho tão eficiente como Coordenadora do Grupo de Trabalhos de Sistemas de Apoio aos PMDERs.

Gostaria de submeter à consideração, como proposto, o Projeto de Resolução 283/Revisão 1 "Inclusão do Plano de Ação em favor dos PMDERs no Orçamento por Programas da Associação" para os anos 2012 e 2013.

Não havendo observações, considero que as Representações aprovam. A Resolução fica registrada com o número 390.

"RESOLUÇÃO 390

INCLUSÃO DO PLANO DE AÇÃO EM FAVOR DOS PMDERs NO ORÇAMENTO POR PROGRAMAS DA ASSOCIAÇÃO PARA OS ANOS 2012 E 2013

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 68 (XV) do Conselho de Ministros.

CONSIDERANDO que a Resolução 68 (XV), em seu Artigo Primeiro, encomenda ao Comitê de Representantes a inclusão das atividades do Plano de Ação em favor dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDERs) no Orçamento por Programas da Associação correspondentes aos anos 2010 e 2011; e

que o Ponto IV do Capítulo I do Anexo da citada Resolução 68 (XV) estipula que o referido Plano de Ação será executado no biênio 2010-2011, período que permitirá realizar uma avaliação dos resultados e estabelecer os ajustes necessários para a eventual elaboração de um novo Plano a partir de 2012, cujos conteúdo e período de execução serão definidos em função da experiência obtida.

LEVANDO EM CONTA que, em 21 de setembro de 2010, realizou-se a I Reunião de Altos Funcionários dos PMDERs, convocada para avançar no cumprimento dos mandatos da Resolução 68 (XV), oportunidade na qual os Altos Funcionários da Bolívia, Equador e Paraguai aprovaram as atividades a serem executadas com vistas a implementar o Plano de Ação em favor dos PMDERs;

que, em 20 de outubro de 2010, na Sessão Ordinária N° 1094 do Comitê de Representantes, foi aprovado o Programa para a Implementação da Resolução 68 (XV) (ALADI/CR/dt 226);

que, no biênio 2010-2011, vêm sendo executadas as ações para a total implementação do mencionado Plano de Ação; e

que o mencionado Plano de Ação foi definido com dois componentes: o Primeiro Componente, "Programa Específico por país", por meio do qual os PMDERs elaboram projetos com fundos outorgados no Orçamento da Associação; e o Segundo Componente, integrado por ações comuns dirigidas às Pequenas e Médias Empresas (PMEs) dos PMDERs, que atualmente está em processo de captação de recursos para sua implementação.

RECONHECENDO a importância de alcançar os objetivos propostos no mencionado Plano de Ação, de interesse dos PMDERs, que implica a necessária adequação de prazos requerida pela própria dinâmica de gestão dos Projetos,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Incluir as atividades do Plano de Ação em favor dos PMDERs, previstas na Resolução 68 (XV) do Conselho de Ministros, no Orçamento por Programas correspondentes aos anos 2012 e 2013.

SEGUNDO.- Após a finalização desse período, será feita uma avaliação dos resultados com vistas a estabelecer os ajustes necessários para a eventual aprovação de um novo Plano de Ação a partir do ano 2014, cujos conteúdo e período de execução serão definidos com base na experiência adquirida."

6. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais.

- Prorrogação do prazo contemplado no Artigo QUINTO da Resolução 380 do Comitê de Representantes.

... O seguinte ponto de nossa agenda é o Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais – Prorrogação do prazo contemplado no Artigo QUINTO da Resolução 380 do Comitê de Representantes.

Ofereço a palavra ao Ministro Daniel Raimondi, Representante Permanente da Argentina e Presidente da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente. Bom dia a todos.

Ontem tivemos o que entendo haver sido a última Comissão de Orçamento deste ano. Com o esforço de todos, a boa vontade de cada um dos participantes na Comissão, chegamos a completar a preparação do Orçamento da Associação para o ano 2012 e também o Perfil das Atividades que compõem este Orçamento por Programa com base no que foi apresentado por cada Grupo de Trabalho no âmbito de suas competências para desenvolver o próximo exercício.

Nesse sentido, entendo que seria oportuno que, nesta Reunião do Comitê, fizessemos a tentativa de aprovar esta ferramenta tão importante para o trabalho da Associação, levando em conta que, de acordo com as regulamentações vigentes, é necessário contar com o orçamento aprovado antes de 20 deste mês, que é a próxima semana, e não sei quais são

as previsões da Presidência e do Secretário-Geral, se haverá uma nova reunião do Comitê ou não, dado que a próxima semana está particularmente carregada, conviria, a meu ver, analisar ou tentar encerrar este tema hoje.

Outro tema trabalhado no âmbito da Comissão de Orçamento, e que também está pendente, é aquele referente às normas gerais que regulamentam os funcionários da Secretaria-Geral, Normas Gerais de Recursos Humanos é o nome do instrumento. Os senhores lembrarão que este instrumento foi trabalhado na Comissão e depois em um Grupo Ad hoc, que se conformou na Comissão coordenada por Federico Villegas, sendo seu resultado apresentado ao Comitê na sessão de 28 de setembro. Recebeu-se o texto com algumas divergências e, nessa oportunidade, falou-se em conversar as mencionadas diferenças em uma Reunião de Chefes, sem prejuízo de que algumas Representações indicaram que o que fosse falado em Chefes era a título informal e que a sanção devia ocorrer em uma reunião formal do Comitê.

Outro tema refere-se à contratação de uma consultoria externa tendente a obter elementos de juízo, informação, que permita aperfeiçoar e tornar mais eficiente o desempenho da Secretaria. Isso surge de um mandato, originalmente de uma Resolução deste Comitê, número 374. Esse mandato foi prorrogado e explicitado de forma mais clara em outra Resolução, que é a 380, na qual havia sido fixado um prazo que, se bem me lembro, era para o final de outubro deste ano que, por diversas razões, mas especialmente pela mudança de autoridades na cúpula da Secretaria-Geral, não estivemos em condições de cumprir e nos comprometemos a fazê-lo quanto antes possível. Para isso, e para deixar, do ponto de vista jurídico, as coisas em ordem, trazemos também a este Comitê um Projeto de Resolução que prorroga esse prazo, deveria estar na pasta, para fazer a contratação, colocá-la em andamento a partir da segunda quinzena de fevereiro e ter um resultado desta consultoria no dia 31 de maio do próximo ano, que é importante também por sua relação com outros aspectos da condução administrativa da Secretaria, que deveríamos considerar antes da metade do próximo ano.

Essas são as questões que trago, senhor Presidente, a esta Reunião. No que se refere especificamente ao Orçamento, há um único ponto no qual não alcançamos o consenso na Comissão, que é a inclusão de um benefício para os funcionários da Secretaria denominado Salário Férias, há margem na legislação trabalhista de vários dos países-membros da Associação, não de todos, mas de vários, em que é de praxe conceder um salário adicional de determinada magnitude destinado ao período de férias. Esse é o único ponto que valeria a pena debater nesta ocasião, porque sua inclusão ou não modifica a destinação de recursos e as planilhas onde estão refletidas as partidas que correspondem a cada item. De todas as formas, tenho entendido que a Secretaria tem preparadas as versões em ambos os casos, com ou sem Salário Férias, então não haveria impedimento em qualquer uma das decisões em relação ao ponto de vista da redação dos papéis.

O benefício do qual estou falando tem uma magnitude de US\$ 126.000,00 no orçamento e é financiável com as contribuições programadas dos países bem como com a contribuição que já se contempla desde o Fundo de Capital de Giro. Seja dito de passagem, já são vários exercícios nos quais viemos necessitando fazer esta contribuição ao Fundo de Capital de Giro, visto que os ingressos pelo pagamento de quotas não vêm sendo suficientes para cobrir as despesas dos orçamentos, se não me equivoco, dos últimos cinco anos.

Então, Presidente, penso que, para ir do mais simples ao mais complicado, proponho que primeiro submetamos à consideração o Projeto de Resolução no qual se prorroga o prazo do Artigo QUINTO da Resolução 380. O Projeto está nas pastas e se denomina

ALADI/CR/PR 287. É um só parágrafo, diz “Estender o prazo, estabelecido no Artigo QUINTO da Resolução 380 do Comitê de Representantes, para a apresentação, pela Secretaria-Geral, de uma proposta de reorganização de cargos baseada nos princípios de racionalidade de recursos e eficiência nas funções até 30 de maio de 2012”, eu disse 31, desculpe-me. Este é o primeiro assunto que eu proponho que seja tratado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente da Argentina, por seu relatório. Quero também felicitar pela Coordenação deste Grupo de Trabalho, nem sempre é fácil.

Tal como proposto, submeto à consideração das Representações o Projeto de Resolução 287 para prorrogar o prazo contemplado no Artigo QUINTO da Resolução 380 do Comitê de representantes.

Não havendo observações das Representações, considero que esta Resolução fica aprovada, sendo registrada com o número 391.

“RESOLUÇÃO 391

PRORROGAÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DE CARGOS DA SECRETARIA-GERAL

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Tratado de Montevideu 1980, Artigos 35, letra e), e 38, letra m), e a Resolução 380 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO o prazo, estabelecido no Artigo QUINTO da Resolução 380 do Comitê de Representantes, para a apresentação de uma proposta, pela Secretaria-Geral, de reorganização de cargos baseada nos princípios de racionalidade de recursos e eficiência nas funções.

RESOLVE:

Estender o prazo, estabelecido no Artigo QUINTO da Resolução 380 do Comitê de Representantes, para a apresentação, pela Secretaria-Geral, de uma proposta de reorganização de cargos baseada nos princípios de racionalidade de recursos e eficiência nas funções até 30 de maio de 2012.”

... Quero submeter à consideração o Projeto de Resolução 286 para aprovar o Orçamento por Programas para a Associação para 2012. Como manifestado pelo Representante Permanente da Argentina, há duas opções neste tema. A opção 1, que inclui o Salário Férias, e a opção 2, sem o Salário Férias. Portanto, submeto à consideração das Representações o Projeto de Resolução 286 para aprovar o Orçamento por Programas da Associação para 2012. Ofereço a palavra.

O distinto Representante Permanente do Chile solicitou a palavra.

Representação do CHILE (Juan Eduardo Burgos Santander). Obrigado, senhor Presidente. Em primeiro lugar, quero agradecer e felicitar o Delegado Permanente argentino pelo trabalho realizado na coordenação e na execução de toda a atividade relacionada com o Grupo, que foi bastante intensa. É complexa, vejo que há, no caso das normas gerais, praticamente 113 artigos, o que não é menor, de maneira que, antes de qualquer coisa, como disse, queria agradecer por seu trabalho e àqueles que colaboraram com ele.

Segundo, não podemos estar mais de acordo com a Resolução que prorroga o prazo para poder levar a cabo o desejado estudo para a racionalização e/ou reorganização, que

tem por objetivo privilegiar os recursos humanos e recursos financeiros da Associação. E é neste contexto que quero referir-me ao Projeto de Resolução que aprova o Orçamento para o ano 2012.

Nesse sentido, a Representação do Chile considera que qualquer norma que tiver relação com eventuais benefícios ou que implicar algum gasto que, por enquanto, não estiver contemplado em relação aos recursos humanos ou à institucionalidade da ALADI deve ser parte do estudo integral que deve ser realizado e para o qual estamos dando um novo prazo.

Em consequência, nós vamos apoiar todos os estudos tendentes a isso e preferiríamos não resolver nem opinar até que esses estudos estivessem prontos, porque nós temos a mais absoluta consciência de que as remunerações do pessoal são absolutamente insuficientes, e sua qualidade bem como sua capacidade profissional e técnica merecem uma revisão absoluta, mas isso deve ser feito com base em parâmetros técnicos, objetivos, de eficiência e de gestão.

Em consequência, nós proporíamos que tudo o que for referente a Normas Gerais sobre Recursos Humanos, que estão com vários artigos em colchetes e que, além disso, incluem benefícios, deveriam ser parte desse estudo, não inovando por enquanto. Nesse mesmo contexto, sendo um tema habitualmente analisado e estudado no âmbito da Reunião de Chefes de Representação, proporia que, para poder avançar nesta situação, fosse convocada pelo Presidente do Comitê, com a anuência do Secretário-Geral, uma reunião com estas características. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Chile. Alguma Representação gostaria de intervir? A distinta Representante Permanente da Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). Obrigada, senhor Presidente. Penso que minhas palavras seguirão a proposta do distinto Representante Permanente do Chile. Acreditamos que foi feito um bom trabalho no tema de Normas Gerais e dar-nos mais tempo para ter uma solução integral de longo prazo no tema do item 1 é uma proposta bem-vinda. O propósito da Representação da Colômbia é que o tema possa ser analisado, primeiro com muito detalhe, e segundo com a consciência de que vamos chegar a uma solução de fundo. Para isso, necessitamos tempo, de maneira que, por esse motivo, parece-me que a proposta do Chile é bem-vinda. Obrigada, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Permanente da Colômbia. A distinta Representante Permanente de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Obrigada, Presidente. Primeiramente, também quero manifestar meu reconhecimento ao Delegado da Argentina, que realmente realizou, com o Presidente da Comissão de Orçamento, um trabalho louvável para deixar antes que termine a sessão deste ano do Comitê de Representantes o Orçamento aprovado para o ano 2012. Felicitamos tanto o Delegado argentino quanto todos os integrantes deste Grupo de Trabalho pelo louvável trabalho realizado neste grupo.

Cuba se soma à proposta do Chile e da Colômbia de aprovar no Comitê de Representantes de hoje a opção 2 que foi apresentada. Considero que devemos basear isso, qualquer tipo de análise salarial, na consultoria que irá ingressar na Associação em fevereiro, e com base nisso fazer um ajuste de acordo com as necessidades do pessoal de planta para preservar também, como em outras ocasiões, e como dizia o Secretário-Geral,

reconhecer, para que tenham uma remuneração justa, além de preservar o profissionalismo, e não incorporar neste caso a opção 1. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Permanente de Cuba. Distinto Representante Permanente do México, por favor, tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Obrigado, Presidente. Também me somo, primeiramente, ao notável esforço do Representante da Argentina. É muito difícil construir tantos dados e chegar a esses consensos, aprecio-o enormemente. Segundo, também me somo ao manifestado por meus colegas do Chile, Colômbia e Cuba. Penso que a proposta do Chile é muito sensata. Quero dizer que o Salário Férias não está em risco porque se exerce no ano que vem, então é um chamado à prudência, à sensatez, então estou de acordo com a mesma posição de Chile, Colômbia e Cuba. Isso é tudo, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do México. O distinto Representante Permanente da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, senhor Presidente, muito amável. Quero agradecer o reconhecimento manifestado. Sinceramente, valorizo-o. Quero dizer que o esforço foi de todos os membros da Comissão, que passaram por longas sessões na busca do consenso permanente.

No que se refere ao ponto sob tratamento, quero manifestar que, em minha opinião, na opinião da Argentina, a vinculação entre a contratação e o posterior resultado de um estudo de consultoria, que, como diz a Resolução que acabamos de aprovar, está destinada a chegar a uma proposta de reorganização de cargos baseada nos princípios de racionalidade de recursos e eficiência nas funções, não tem um caráter vinculante com o que se refere à condução do pessoal, às normas gerais necessárias dentro da Associação para regular a administração dos recursos humanos.

Se estivéssemos falando de mil pessoas ou de dez, estas normas, em termos muito simples, regulamentam como se entra na Secretaria, como se vive dentro da Secretaria, como se sai da Secretaria. São de aplicação independentemente das características do pessoal que no futuro decidirmos ter com o apoio de um estudo de consultoria. Tanto é assim que essas questões foram separadas, foram objeto de parágrafos separados nas Resoluções 374, primeiro, e depois nas próximas, a 380, na qual não se estabeleceu esta vinculação estreita entre uma coisa e a outra.

Por outro lado, é incontestável que as remunerações dos funcionários da Secretaria estão defasadas. Estamos sofrendo uma sangria de pessoal, que encontra melhores oportunidades em outros âmbitos, em outros organismos ou em âmbito local, e isso é uma descapitalização que será refletida cedo ou tarde no funcionamento. Na área específica que coube a mim trabalhar, sofremos a perda da Chefa do Setor, e por mais que a pessoa que a substituiu seja extraordinariamente capaz e muito competente, e estou muito agradecido pelo esforço realizado, na verdade é necessário contar com alguém mais nesse setor, e imagino que isso ocorre em vários setores da Secretaria.

Isto não é fortuito, não é casual, tem uma razão muito simples: há uma defasagem nas remunerações e nas qualificações e nos pedidos de trabalho, nas exigências que estamos impondo todos os dias aos funcionários, mais ainda com a gestão do novo Secretário-Geral, que deu uma nova vida a esta Associação, com todos os requerimentos que isso implica.

Então, do ponto de vista da Argentina, inclinamo-nos pela opção que inclui o Salário Férias. O impacto orçamentário deste benefício é menor, perfeitamente financiável, e, sob nosso ponto de vista, constitui um reconhecimento, um gesto político de tentar salvar, embora seja em parte, esta brecha que está aumentando cada vez mais.

Se me permite, Presidente, quero passar a palavra a Federico Villegas para complementar o que acabo de dizer. Particularmente, são os aspectos normativos.

Insisto, Presidente, penso que está na faculdade da Representação poder fazer as intervenções que considera pertinentes. Obrigado.

Representação da ARGENTINA (Federico Villegas). Muito obrigado, e obrigado à Representação de Cuba por permitir-me expressar em nome de meu país o que a Representação da República Argentina deseja expressar.

Simplemente quero complementar o manifestado por nosso Representante Permanente para fazer constar que a Argentina considera necessário e conveniente que esta Associação adote o projeto de normas quanto antes. Não somente porque, como bem destacou o Embaixador do Chile, de 113 artigos, há 106 ou 107 artigos que, depois do trabalho de cinco meses, foram objeto de consenso; mas não importa a quantidade, importa o conteúdo, o conteúdo desses 107 artigos de consenso não são temas menores, não somente para a Associação como também não são temas menores para os 80 funcionários que estão aqui.

Esses 107 artigos que têm consenso incluem temas que vão desde a incorporação de sanções por questões de assédio laboral ou sexual nesta Associação, algo inédito à luz de diferentes questões. Inclui, pela primeira vez na história da Associação, uma legítima aspiração de um sistema de promoções interno, para poder distinguir e recompensar aqueles que, como todos queremos, são eficientes e podem fazer uma carreira como corresponde em função de sua preparação na Associação. Inclui novas licenças, algumas delas baseadas em direitos humanos básicos que todos aqui assinamos, como a licença por luto, por um familiar doente, ou a incorporação, em particular em relação à gravidez, etc.

Ou seja, aqui nós, como bem indicado por nosso Representante Permanente, separamos os parágrafos na Resolução e os prazos na Resolução em dois temas diferentes, porque um falava de cargos, outro falava de políticas de recursos humanos e, além disso, também desejo, como República da Argentina, fazer constar que um dos grandes temas que sempre se insistiu nesta Associação, a avaliação, é também outro dos temas que está sendo proposto neste política, tem consenso, sendo aperfeiçoado com longas discussões, incorporando elementos e modalidades para garantir que um sistema de avaliação que hoje o Secretário-Geral não pode basicamente aplicar porque está parado há um ou dois anos, tem a oportunidade de ser ativado com uma modalidade que tem consenso nos países. Simplemente entendemos, logicamente, a posição dos países, mas queríamos fazer constar, como Argentina, a necessidade e a conveniência de que isso seja aprovado pelo Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação Permanente da Argentina. A distinta Representante Permanente de Cuba solicitou a palavra.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Obrigada, senhor Presidente. Primeiramente, quero desculpar-me com o delegado Federico Villegas, porque pensei que ia falar sobre o Orçamento, e era sobre a Resolução que temos de normas, e também quero reconhecer o trabalho desenvolvido por Federico neste Grupo de Normas que, acredito, deu

uma institucionalização e um acompanhamento de todas as normas que devem continuar sendo aplicadas, dando clareza e transparência ao funcionamento desta Associação.

Realmente, há muitas coisas aqui, como dizia o próprio Federico, que estão em negrito e que não foram, ao menos, analisadas desde o ponto de vista dos Chefes. Tal como diz, é necessário terminar de aprovar esta Resolução de normas, será uma ferramenta magnífica em mãos do Secretário-Geral. Proponho duas opções. Uma, convocar uma Reunião de Chefes informal para discutir esta situação na próxima semana, não sei como estarão as férias, ou convocar uma reunião antes do próximo Comitê de Representantes, que não sei quando será, se será no início de fevereiro, porque a ALADI agora entra em recesso, para poder limitar os colchetes que temos aqui, porque isso já foi esgotado nesse Grupo de Trabalho. Penso que é hora de que, então, nós nos reunamos para reunir decisões a esse respeito, sem que essas decisões ou intercâmbios entre os Representantes Permanentes implique nenhum compromisso, mas que possamos chegar a um consenso a partir disso e trazer o tema ao Comitê de Representantes para que seja aprovada de uma vez por todas esta Resolução de normas. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Permanente de Cuba. A distinta Representante Alternata do Uruguai solicitou a palavra.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Obrigada, Presidente. Gostaria de manifestar a posição de nossa Representação no sentido de estar dispostos a poder aprovar a norma sobre recursos humanos. Logicamente tratando os temas que ficaram pendentes, mas estaríamos dispostos a conseguir um consenso dentro do possível, entendemos que através de uma Reunião de Chefes ou uma instância mais. Resta uma semana que é totalmente útil, entre 26 e 30 de dezembro, quando o Comitê poderia ter a última sessão e aprovar isso, e, se esta norma não for aprovada, estamos em condições de aprovar a outorga do Salário Férias porque, como disse a Argentina, entendemos que este é um sinal político para os funcionários da Secretaria. Isso não está, como disse o México, também em juízo, de que isso seja um benefício que não lhes corresponda ou que estejamos, a maioria, dispostos a outorgar-lhes. Essa seria nossa posição, ou aprovar todas as normas ou, do contrário, se não houver consenso, aprovar o Salário Férias incluído no Orçamento. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Alternata do Uruguai.

Entendo que não existem possibilidades de tomar uma decisão nesta Reunião e agora o problema que se apresenta é que na próxima semana temos Cúpula do MERCOSUL, na terça. Proponho uma Reunião depois dessa, mas antes da última semana de dezembro. Eu, pessoalmente, não estarei em Montevideu, e o Representante Alternata do Equador também não estará em Montevideu na última semana de dezembro. Penso ser muito difícil que, de acordo ao proposto pelo Uruguai, possamos programar uma Reunião do Comitê para essas datas, de tal maneira que proponho uma Reunião de Chefes, de Representantes Permanentes, talvez para quarta, 21, para ver como podemos prosseguir.

O distinto Representante Permanente do Brasil havia solicitado a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, pode ser em qualquer data, e estaremos dispostos a discutir, mas a única coisa que peço é que isso não seja feito em Reunião de Chefes. Porque a última vez que tomamos uma decisão em Reunião de Chefe, fizemos de uma maneira tão precipitada, tão improvisada, que a decisão teve que ser objeto de uma ata secreta, Presidente. O senhor se lembra disso. Nem sequer tivemos uma ata

aberta e extensiva, tivemos que colocar isso em ata secreta. Isso não é algo democrático e não é um trabalho de integração regional. Obrigado.

PRESIDENTE. Distinta Representante Permanente da Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). Obrigada, senhor Presidente. Na Colômbia há um provérbio que diz “del afán no queda sino el cansancio”. Na realidade, tivemos todo o ano para ver isso, avançou-se muito, indubitavelmente o Grupo de Trabalho fez um estupendo trabalho. Restam temas e estamos com a Cúpula do MERCOSUL, entramos em recesso, estamos pensando nas festas, muitos irão embora. Penso que os espaços têm que ser espaços com tempos, com capacidade de reflexão, com as cifras, com os estudos, com os tempos para tomar decisões que realmente não tenhamos que retirar no dia seguinte. Temos uma decisão que foi a Resolução 380, tem uns tempos, hoje a prorrogamos. Fazemos isso com a consciência de que estes são processos e de que quanto mais profundidade dermos à discussão, melhor tudo sairá. Esse é meu pedido. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Alguma outra Representação gostaria de intervir? O Chile, por favor.

Representação do CHILE (Juan Eduardo Burgos Santander). Obrigado, Presidente. Eu me uno ao critério sustentado pela Representante de Cuba e pela Representante da Colômbia em termos de proceder de forma reflexiva em relação a este capítulo sobre normas para recursos humanos, em termos de que, além disso, as normas têm efeitos que, de alguma maneira, a capital também tem que conhecer. Aqui nós atuamos por mandato de, não somos auto-suficientes, embora tenhamos plenos poderes para determinadas funções. De tal maneira que se, por razões práticas, porque não é problema de vontade nem disponibilidade, não pudermos tomar uma definição antes que praticamente muitos dos Representantes Permanentes, entre eles eu, na quarta-feira não estejam em Montevidéu depois da Cúpula Presidencial, pareceria razoável que fôssemos até fevereiro. Não há outra solução. Tomar decisões apressadas, rápidas também não ajuda. E, em relação à Reunião de Chefes de Missão, que de alguma forma foi proposta, eu entendo que não é vinculante, mas é uma forma de destravar, de esclarecer ou de resolver o que está pendente para que posteriormente, em um Comitê, como corresponde, sejam adotadas as decisões correspondentes. Somente isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do Chile.

Eu havia mencionado a possibilidade de uma Reunião de Chefes porque algumas Representações haviam pedido, sendo que corresponde à Presidência refletir a opinião dos Representantes Permanentes. Essa é a forma como eu ajo na Presidência, reúno a opinião dos Representantes Permanentes e a transmito. Se há Representações que consideram que a Reunião de Chefes não tem a transcendência que esperamos, estou às ordens. Quero que me digam o que devo fazer. Ou seja, se não há consenso para a opção 1, também não há consenso para a opção 2, se não há consenso para a Reunião de Chefes de Delegação eu não sei o que fazer. Ou seja, eu talvez suspenda o tratamento deste tema para uma próxima Reunião, que não sei quando será, e continuarei com o seguinte tema, é o que pretendo fazer neste momento.

O distinto Representante Permanente da Argentina solicitou a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito amável. Eu quero dizer que a necessidade de ter tempo para a reflexão e a análise atenta destas questões,

que são muito importantes, é uma realidade que todos compartilhamos e, por isso, o trabalho foi apresentado ao Comitê no dia 28 de setembro. Ou seja, há mais de dois meses. Imagino que, nesse tempo, terá sido possível informar as capitais e fazer as consultas. E as posições são as que são, ou seja, cada um de nós opina o que opina. Há quatro aspectos em negrito no texto das Normas Gerais de Recursos Humanos. São de diferente índole. Alguns são realmente, no meu ponto de vista e com o devido respeito, irrelevantes, e outros sim são importantes porque têm impacto orçamentário, mas penso que chegou o momento de definir. De nada serve continuar dilatando e pospondo o assunto, porque tempo para a reflexão houve, tempo para as consultas com as capitais houve. Cada um tem sua posição. É melhor que ponhamos preto no branco, “expose” como dizem os americanos, e se é para um lado, bem, e se é para o outro, também. Mas continuar argumentando que é necessário mais estudos ou ver as cifras ou definir questões que se falaram por muito tempo, não acredito que condiga com a vontade política de melhorar isso e de melhorar o trabalho da Associação.

Em relação ao âmbito, para nós é indiferente se for em uma Reunião de Chefes ou em uma reunião formal. É verdade que quando isso foi delegado, a Delegação do Brasil fez seu comentário sobre fazer uma Reunião de Chefes, mas o consenso foi celebrar uma Reunião de Chefes. Presidia essa sessão a Embaixadora de Cuba, e esse foi o consenso, mas se decidi dar um tempo antes de celebrar essa Reunião de Chefes e, no final, nunca aconteceu. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. O distinto Representante Permanente do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, eu sugeriria que aprovássemos o Orçamento, a opção 1 sem a questão do adicional de férias, e se deixasse isso para decidir mais adiante junto com a questão da política de recursos humanos. Parece que se temos que fazer algo, que o façamos assim. Essa é minha sugestão. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Concedo a palavra à distinta Representante Permanente de Cuba.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Obrigada, senhor Presidente. Aqui estamos frente a uma conjuntura, como o senhor mesmo apresentava, Presidente. Cuba se inclina por aprovar, neste Comitê de Representantes, a opção 2, porque é o Orçamento da Associação do ano que vem, que é o projeto de orçamento, e dar-nos um tempo para apoiar a Resolução sobre Normas Gerais de Recursos Humanos da Associação. Que seja feito em um Comitê de Representantes, não tenho nada contra, ou que seja feito em uma Reunião de Chefes e que sejam adotadas as resoluções. Mas, como bem dizia o senhor Federico Villegas, isso foi ingressado na Associação em setembro, e depois não se voltou a incluir realmente em nenhuma das agendas da Associação, por isso é que não tivemos tempo de refletir sobre o documento. Documento proposto hoje, praticamente no último Comitê de Representantes do ano. Eu penso que devemos refletir. Foi enviado 28 de setembro, como bem apresentou Federico, e hoje estamos analisando-o porque foi ingressado como um ponto deste Comitê de Representantes, nunca antes foi ingressado. Então, agora, esses colchetes têm que ser analisados em um espaço ou em outro, mas têm que ser analisados, porque, efetivamente a capital o tem, mas a capital não se pronunciou porque não esteve na ordem do dia de nenhum dos Comitês de Representantes de 28 de setembro até o dia de hoje. Então, proponho que nos demos um tempo de reflexão, e pode ser o primeiro Comitê de Representantes do mês de fevereiro em que analisemos isso. Essa é minha proposta. Mas aprovar o orçamento opção 2.

PRESIDENTE. Obrigado, é uma das alternativas que pensava propor e agradeço muito aos dois últimos oradores que o propuseram. O distinto Representante Permanente do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Juan Eduardo Burgos Santander). Obrigado, Presidente. O Chile está de acordo com a proposta de aprovar o Orçamento opção 2 e deixar o resto dos temas pendentes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. O distinto Representante Permanente da Bolívia. Depois o Peru.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, senhor Presidente. Igualmente, apoiamos aprovar a opção 2. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Distinto Representante Alternado do Peru.

Representação do PERU (Jorge Tello). Obrigado, senhor Presidente. Da mesma forma que o Chile e a Bolívia, apoiamos a opção 2. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A distinta Representante Permanente da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). Obrigada, Presidente. No mesmo sentido, opção 2.

PRESIDENTE. Obrigado. O Paraguai, por favor. Distinto Representante Alternado.

Representação do PARAGUAI (Raúl Cano Ricciardi). Obrigado, senhor Presidente. Não antes deixar de mencionar que, para a Representação do Paraguai, o tema do Salário Férias é um tema fundamental, não colocamos isso em questão. Não colocamos em questão o fato de que há um atraso importante em matéria de remuneração salarial. No entanto, acreditamos que a opção 2 proposta pela Representação de Cuba, apoiada pelas Representações do Peru e Colômbia, é a opção mais sensata. A Representação do Paraguai opta por esta segunda opção. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Alternado do Paraguai. O distinto Representante Permanente do México pediu a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). No mesmo sentido, senhor Presidente, e recordando que o salário férias não está em risco e não estamos desconsiderando-o, como recordava o Uruguai. Já que estamos em provérbios nacionais, há um provérbio em meu país que diz “não por muito madrugar amanhece mais cedo”. Acredito que podemos muito bem aprovar hoje a opção 2 e trabalhar duro em um bom espírito, todos, sem que haja gente que esteja de acordo ou não, em melhorar nossa Instituição para fazer as coisas bem e sem pressa. Em síntese, opção 2. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Permanente do México. Distinto Representante Permanente da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Com a tranquilidade de haver feito as coisas com o devido cuidado, estudo e dedicação, a Argentina apoia a opção 1, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Nós, de acordo com o que já manifestei, também apoiáramos a opção 1. Entendíamos ser um gesto que os funcionários da Secretaria merecem, que lamentavelmente terão que esperar o ano que vem. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternata do Uruguai. Alguma outra Delegação gostaria de intervir?

Bem, aqui necessito assessoria da Secretaria para ver como proceder. Não há consenso. Há uma maioria de países que expressam a conveniência de aprovar hoje a opção 2 e há duas Representações que se inclinam pela opção 1. Faltariam dois países que não manifestaram sua opinião. Convidamos esses países a que se manifestem. O Equador quer intervir. Distinto Representante Alternato do Equador.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda Sevilla). Obrigado, Presidente. Unicamente gostaria de expressar que o Equador se soma à maioria, neste caso, à opção 2, com o pedido também de que o tema do Salário Férias seja aprovado o quanto antes, quando se aprovarem as normas de recursos humanos.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. O distinto Representante Permanente da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Julio Ramón Chirino Rodríguez). Nós vamos dizer um pouco o que sempre dizemos neste tema, que acreditamos ser algo muito importante para resolver e para dar o passo adiante. E simplesmente nos somamos também ao que vem sendo o consenso, mas acreditamos que, depois desse esforço, devemos ter já o ponto para terminar de resolver esses temas, para poder dissipar o caminho para os assuntos que temos que abordar.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Desta maneira, há uma maioria para aprovar hoje a opção 2 e também para deixar pendente para reflexões posteriores o tema do Salário Férias e o relacionado com o documento Normas Gerais para os Recursos Humanos, que ficaria postergado para uma próxima reunião do Comitê para seu tratamento.

Há alguma Representação que quer intervir em relação a esta Resolução que acaba de ser adotada? Não sendo o caso, a Resolução sobre a opção 2, que foi majoritariamente apoiada, é aprovada e registrada como Resolução 392¹.

7. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio.

... Passamos ao seguinte ponto de nossa agenda, que se refere ao relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio. Ofereço a palavra ao Ministro Raúl Cano, Representante Alternato do Paraguai e Coordenador do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio para que apresente seu relatório, publicado no documento ALADI/CR/di 3469, que está nas pastas carpetas de todos os senhores. Muito obrigado.

¹ A Resolução 392 “Orçamento por Programas da Associação para o ano 2012” foi publicada no documento ALADI/CR/Resolução 392, de 14 de dezembro de 2011.

Representação do PARAGUAI (Raúl Cano Ricciardi). Muito obrigado, senhor Presidente. O Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio, desde o último relatório ao Comitê, reuniu-se em seis ocasiões, 19 e 27 de outubro e 7, 22 e 28 de novembro, e a última reunião, 2 de dezembro. Permito-me fazer o seguinte resumo:

Relatório sobre o Estado de Situação em matéria de Certificação de Origem Digital. A Secretaria-Geral apresentou o Documento Informal 1047 sobre o Projeto de Certificado de Origem Digital e o Estado de Situação das Provas Técnicas dos países-membros da ALADI. Acordou-se distribuir um formulário para conhecer o nível de implementação. O prazo para o recebimento da resposta finalizou no dia 25 de outubro. Posteriormente, no dia 3 de novembro, a Secretaria-Geral distribuiu o Documento Informal 1050, que contém as respostas de 7 países.

Por outro lado, com relação ao possível Convênio de Cooperação entre a ALADI e a Secretaria da CAN, o Grupo de Trabalho decidiu aguardar a implementação operacional do sistema para posteriormente avaliar e compartilhar a experiência com o mencionado Organismo.

Programa de Facilitação do Comércio. O Grupo de Trabalho trabalhou na elaboração de um Programa de Facilitação do Comércio com base nas propostas apresentadas pela Secretaria-Geral e posteriormente aperfeiçoadas pelo Grupo de Trabalho, contido no documento ALADI/SEC/di 3417, de 20 de setembro. O mesmo contempla trabalhar em quatro eixos de ação, dos quais o grupo decidiu abarcar, em uma primeira etapa, três deles: Gestão Aduaneira; Infraestrutura e Serviços de Transporte; Infraestrutura, Tecnologia e Serviços de Comunicações.

Para a elaboração deste Programa, estimou-se conveniente ter em conta os avanços registrados na matéria no âmbito da Associação, razão pela qual se encomendou à Secretaria-Geral elaborar uma avaliação do cumprimento das Resoluções 53, 129 e 226 do Comitê de Representantes. A Secretaria-Geral apresentou, em tal sentido, os Documentos Informais 1051 e 1056. O primeiro deles foi analisado no âmbito do Grupo de Trabalho, e como resultado dessa análise e das sugestões das Delegações, foi elaborado um segundo documento apresentado ao Grupo de Trabalho e que será analisado com maior profundidade nas reuniões do Grupo no próximo exercício.

Da mesma maneira, trabalhou-se em um Projeto de Resolução para a adoção por parte do Conselho de Ministros de um Programa de Facilitação do Comércio. Ao não prosperar a intenção de realizar o mencionado evento no presente ano, estimou-se que seria conveniente pospor sua adoção para o próximo ano, depois de que o Grupo de Trabalho tenha elaborado um novo programa que contará também com o aval das instâncias técnicas correspondentes. Outrossim, acordou-se que, se o Conselho de Ministros, por alguma eventualidade, não se reunir, o mencionado Projeto de Resolução seria submetido ao Comitê de Representantes, mas, finalmente, acordou-se não enviar.

O terceiro ponto abordado no Grupo de Trabalho foi a apresentação do Relatório sobre o Custo de Logística e de Transporte no comércio intra-regional. A Secretaria-Geral apresentou o documento ALADI/SEC/di 2433. O mesmo foi analisado pelo Grupo de Trabalho, onde se considerou que os dados contidos, tomados do índice de desenvolvimento logístico do Banco Mundial, eram limitados devido à falta de consenso e harmonização referente à definição e às ferramentas de medição. Nesse sentido, as Delegações manifestaram a importância de poder, com indicadores próprios, contar com um documento elaborado com fontes primárias. Logo após, foram feitas sugestões com relação

ao mencionado documento, contemplados na versão revisada do mesmo e distribuída recentemente pela Secretaria-Geral, contido no documento ALADI/SEC/di 2433/Rev. 1.

A quarta atividade foi o Fórum Virtual de Estatística de Transporte. A Secretaria apresentou os resultados do Fórum sobre Estatísticas de Transporte. O mesmo teve como objetivo intercambiar experiências e critérios existentes a nível nacional e sub-regional sobre as estatísticas de transporte bem como analisar a viabilidade da informação dos critérios. A atividade teve lugar de 29 de maio a 29 de julho e contou com a participação de 8 países e de um organismo internacional.

Finalmente, o Programa de Atividades de 2012. Nas últimas sessões, o Grupo de Trabalho voltou-se à elaboração das atividades que lhe correspondem dentro do programa da Associação para o próximo ano. Essas atividades foram objeto de consenso a nível do Grupo e submetidas à consideração na Comissão de Orçamento.

Finalmente, Presidente e distintos Representantes, quero agradecer o trabalho, o esforço realizado pela Secretaria-Geral, particularmente pelos três departamentos que trabalharam com a Coordenação, que foram os Departamentos de Integração Física e Digital, o de Informação e Estatísticas e o Departamento de Promoção do Comércio e Desenvolvimento da Competitividade. Quero agradecer aos Chefes desses Departamentos e a cada um dos funcionários e, obviamente, a cada uma das Representações. Esse é o relatório. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Alterno do Paraguai, por seu Relatório. Quero também felicitar-lhe pelo trabalho de coordenação desenvolvido.

Submeto à consideração o Relatório. Não havendo nenhuma Delegação que queria intervir, fazer alguma observação, passaria ao seguinte ponto de nossa agenda.

8. Resolução para a adoção da NALADI/SH 2012 (ALADI/CR/PR 284).

... Não está conosco o Embaixador Gonzalo Rodríguez, mas ofereço a palavra à Representante Alternata do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Obrigada, Presidente. Este Projeto de Resolução foi trabalhado no Grupo de Trabalho de Acesso ao Mercado de Bens, e está à consideração do Comitê.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternata do Uruguai. Passo a palavra à Secretaria, ao Subsecretário.

SUBSECRETÁRIO (César Llona). Somente para informar que recebemos uma nota da Representação do México propondo uma incorporação a este Projeto. O documento foi distribuído como ALADI/CR/di 3466 e está nas pastas das Representações. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A distinta Representante Alternata do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Presidente. Em relação a este Projeto de Resolução, lamentavelmente nos chegou somente esta manhã uma instrução de capital em relação a uma modificação que estaríamos solicitando com relação ao que meu país entende que foi acordado na reunião de setembro. Lamento a oportunidade disto, mas são dois erros detectados em capital e são dois erros muito

menores, mas que nos impediriam de acompanhar a Resolução nesta oportunidade tal como está. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternata do Chile. A distinta Representante Alternata da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Jenny Encinas). Obrigada, Presidente. Também queria referir-me à Resolução. Lamentavelmente, não recebemos a conformidade. Estaríamos solicitando que isso fosse submetido à consideração no primeiro Comitê do próximo ano para sua aprovação. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Agora, a distinta Representante Alternata do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Obrigada. Considerando a proposta da Representação da Bolívia, nós íamos propor que não poderíamos acompanhar a proposta do México, e se realmente há mudanças por parte do Chile, nós também tínhamos alguma consideração extra para este Projeto. Então, penso que o mais conveniente é que seja tratado primeiro no Grupo de Trabalho e depois, novamente, submetido ao Comitê, com consenso de todas as Representações. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. O distinto Representante Alternato da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luis Alejandro Sauce Navarro). Obrigado, Presidente. Da mesma maneira, como manifestado pela Bolívia e pelo Uruguai, nosso país considera que é pertinente que este tema, que é transcendental, seja tratado no início do próximo ano, quando for convocado o primeiro Comitê, e, obviamente, desenvolvido com mais profundidade no Grupo de Trabalho. Já havíamos conversado e acreditamos que é uma oportunidade para avançar em um aspecto importante, levando em consideração os elementos estatísticos para o avanço nos termos de comércio e integração. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. O distinto Representante Permanente do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Obrigado, Presidente. Para que não se faça polêmica, sobretudo falando do México. O México está de acordo com que seja revisado no próximo ano.

PRESIDENTE. Obrigado. O distinto Representante Alternato do Peru.

Representação do PERU (Jorge Tello). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido do mencionado ultimamente. Não encontramos nenhum inconveniente na proposta original da Secretaria-Geral, mas também não encontramos inconveniente na proposta do México, de maneira de que se será visto no primeiro Comitê do próximo ano, totalmente de acordo, e podemos trabalhar o tema enquanto isso no Grupo de Trabalho.

PRESIDENTE. Obrigado. O distinto Representante Permanente do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Somente queria recordar que isso tem que entrar em vigência no dia 1º de janeiro de 2012, então pergunto se não poderíamos, não sei se o Chile tem algumas alterações de forma, se poderíamos adotar a fórmula proposta, que é a fórmula proposta todos os anos pela Secretaria-Geral. É a mesma, não há mudança nenhuma, e se o Chile pudesse nos passar as alterações de forma que diz ter. Deveríamos aprová-lo de uma vez ou pelo menos aprová-lo com certeza antes de 1º de janeiro de 2012.

Agora, queria recordar somente que a nomenclatura é o único instrumento de convergência que todos nós temos aqui, e que se não tivermos essa nomenclatura a partir de 2012, como adotamos todos os anos, será difícil inclusive ter estatísticas entre nós, uso de preferências, que é algo sobre o que as Altas Autoridades falaram muito no outro dia, sobre o uso das preferências entre nós. Todo isso seria impossível fazer. Então, eu faria um chamado, um pedido, de que se tratasse de aprovar isso, como fazemos todos os anos, não estamos fazendo nada especial, antes do primeiro de janeiro. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Permanente do Brasil. O Chile pediu a palavra. A distinta Representante Alterna.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada. Em relação ao manifestado pelo distinto Representante do Brasil, nós não temos nenhum inconveniente em enviar uma nota nesta tarde ou ler os comentários aqui mesmo. Mas entendo que não somos o único país que estaria com problemas para aprová-lo. Nós, se essas modificações fossem feitas, não teríamos nenhum inconveniente em aprová-lo hoje. Mas me parece, pelo que escutei, que não somos os únicos. Entendo, pelo que escutei também, que seria possível fazer uma aprovação retroativa no próximo ano, em fevereiro, que tudo entrasse em vigor no dia 1º de janeiro. Não sei se isso é possível. Queria perguntar à Secretaria se seria possível uma solução desse tipo. Mas no que diz respeito ao Chile, não temos inconveniente se forem incorporadas duas adições que tenho aqui. Posso enviá-las imediatamente de maneira informal por correio eletrônico à pessoa que os senhores me indicarem. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Sim, efetivamente registrei Chile, Bolívia, Venezuela, México, Peru, que pedem que este tema seja postergado para sua resolução, mas sigo a sua disposição. Ofereço a palavra à distinta Representante Alterna do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Obrigada, Presidente. O que poderíamos fazer, para solucionar o problema exposto pelo Brasil da vigência, é aprovar a Resolução com os Artigos 1º e 2º, que são os trabalhos que a Secretaria tem que incorporar à NALADI/SH. Com relação aos acordos que temos assinados, ponto no qual o México incorpora alguma modificação e no qual nós também temos alguma dificuldade, proporia que deixássemos isso para a primeira reunião do Grupo de Trabalho do próximo ano, mas ficaria aprovada a incorporação da emenda à NALADI/SH. Penso que isto é o importante: que esse trabalho fique já aprovado pelo Comitê.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Penso que podemos avançar nessa linha. Parece-me uma proposta muito adequada para este momento. Dou a palavra a Cuba, por favor, distinta Representante Permanente.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Obrigada, Presidente. Simplesmente para somar-me à proposta do Uruguai, podemos aprovar os dois primeiros Artigos para o cumprimento desta Resolução e deixar os outros nos quais há dificuldades para o próximo ano, e que seja possível começar a trabalhar a partir desses artigos que são fundamentais. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Consulto se há alguma Representação que se opõe à aprovação deste Projeto de Resolução sem os Artigos 3º e 4º da parte resolutiva. O Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada. Somente uma consulta. Aprovando os Artigos 1º e 2º, aprova-se a V Emenda do Sistema Harmonizado, e, portanto, estaríamos aprovando o texto de 500 páginas que recebemos. Nesse texto de 500 páginas, estamos requerendo que seja feita uma correção em duas posições tarifárias. Se for possível fazê-la agora, não temos nenhum problema em acompanhar esta Resolução.

PRESIDENTE. Brasil, distinto Representante Permanente.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Eu sugiro, Presidente, visto que estamos ao final do ano, que aprovemos agora e façamos uma correção, um *corrigendum*, se são coisas novas, fazemos uma correção e pronto. Mas aprovemos agora, Presidente. Esse é meu pedido.

PRESIDENTE. A Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Eu prefiro que o Chile distribua suas observações e que possamos consultar as autoridades competentes para ver se estamos em condições de aceitá-las. Obrigado.

PRESIDENTE. Este tema também ficará pendente, não há possibilidade de ir adiante apesar das boas propostas recebidas. Portanto, ficará pendente.

9. Observatório das Relações América Latina - Ásia-Pacífico (ALADI/CR/PR 285).

... Passamos ao seguinte tema de nossa agenda, que é o Observatório das Relações América Latina – Ásia-Pacífico. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Esta é uma proposta que estamos trabalhando junto com a CEPAL. Um acordo que certamente será de cooperação dentro de uma agenda de trabalho que fizemos com essa Instituição. A ideia é trabalhar também com as Embaixadas de todos os países da Ásia-Pacífico que estão no Uruguai e alguns países concorrentes na Argentina, e também trabalhá-lo com os representantes das Chancelarias dos países da ALADI que estão encarregados da área Ásia-Pacífico. A ideia é que a ALADI faça um acompanhamento absolutamente objetivo, com cooperação, volto a insistir, dos países da Ásia-Pacífico. Falamos sobre isso com a Embaixada da China, que amanhã estará aqui, com a Coreia do Sul, estamos falando com o Japão e também com os países da ASEAN. Ou seja, seria a ASEAN+3, mais Coreia, Japão e China.

Esse Observatório tem como finalidade, basicamente, fazer um acompanhamento do impacto sobre nossos países das exportações, do comércio, dos investimentos, dos tratados dos países da Ásia-Pacífico com a América Latina. Nesse sentido, esse acompanhamento do impacto das relações intra-regionais será de utilidade, porque a ALADI pode constituir, com muito poucos recursos, um centro de dados e de estatísticas que será muito útil ao conjunto dos países da América Latina. Embora haja muitos dados do comércio com a China, com os países da Ásia-Pacífico, esses dados estão fragmentados. Esses dados são manejados por diversas instituições. Então, que nós tenhamos um lugar na ALADI de acompanhamento do impacto da Ásia-Pacífico sobre a América Latina e os acordos da América Latina com essa região, que é uma das mais dinâmicas do mundo, é um elemento que serve à Associação, são subsídios importante para os países e vai nos permitir também gerar debates, gerar ações, gerar propostas, vendo como evolui esta relação da América Latina com a Ásia Pacífico. Então, submeto à consideração do Comitê esta proposta. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. A distinta Representante Permanente de Cuba solicitou a palavra.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Obrigada, senhor Presidente. Considero que é muito interessante o apresentado pelo Secretário-Geral. Esta Resolução chegou a minhas mãos no dia de ontem. Em primeiro lugar, tenho que fazer consultas com a capital. Proponho que nos demos um tempo de reflexão em relação a isso, e que também se mande uma reflexão para o Grupo de Trabalho de Representantes Alternos e também para o Grupo de Orçamento, porque tenho entendido que isso não está no acordo opção 2 do Orçamento da Associação, e isso deve ter um fundo ou um respaldo orçamentário.

Peço desculpas porque tenho que retirar-me, tenho outra atividade, mas gostaria de referir-me ao último ponto, que é a Reunião de Ministros Responsáveis pelo Comércio, a qual acredito haver sido um exercício muito útil e muito oportuno efetuado por esta Associação. Aqui tenho o Relatório Final com toda uma série de aspectos que a Secretaria-Geral extraiu de todas as intervenções. Mas se minha memória não falha, também acordamos nessa Reunião de Comércio que seria feita uma minuta pela Secretaria-Geral das intervenções fundamentais efetuadas pelos representantes de comércio nessa Reunião. Penso que devemos refletir em relação a esses dois documentos que temos para ver se é pertinente, mais do que olhar para a Ásia-Pacífico, aprofundar o proposto aqui pelos altos funcionários de comércio neste âmbito, para aprofundar o incremento do comércio intra-regional em nossa região e do que seria mais útil, uma coisa ou a outra.

Em princípio, não me oponho a esta Resolução, mas tenho que pedir instruções a minha capital e, logicamente, proponho enviá-la ao Grupo de Alternos e à Comissão de Orçamento antes de tomar qualquer decisão. Cuba não está em disposição de pronunciar-se em relação a esta Resolução no dia de hoje. Muito obrigado e, com licença, devo retirar-me.

PRESIDENTE. Passo a palavra ao Secretário-Geral, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. O primeiro ponto que quero esclarecer é que vamos tratar de que isso não exija da ALADI recursos econômicos.

Em segundo lugar, que se formos fazer o próximo Comitê em fevereiro, nós temos que trabalhar neste tema, então peço aos países que se manifestem sobre este tema porque não penso ser uma opção antagônica o tema de constituir um Observatório América Latina - Ásia Pacífico e de trabalhar no comércio intra-regional.

E, por outro lado, a nota. Se não tenho má informação, distribuimos a nota no dia 8 de dezembro às Delegações. Querida Embaixadora, falei com todos os funcionários quando estive em Cuba, e todos os funcionários de Cuba, desde o Vice-Presidente de Cuba, desde o Ministro de Comércio de Cuba, todos me disseram que lhes parecia uma boa ideia. Por isso a propus, porque tinha havido uma objeção no Comitê anterior, que não fosse a China o tema. Fui a Cuba e, entre outras coisas, apresentei o tema às Altas Autoridades do Governo cubano e todos manifestaram que era uma ótima ideia. Então, parece-me que teríamos que revisar essa posição, porque o trabalho se atrasa enormemente, porque nós estamos desenvolvendo um trabalho com as Embaixadas dos países da Ásia-Pacífico, em acordo com a CEPAL, isso não irá gerar recursos adicionais para a ALADI, então não vejo o motivo pelo qual não possamos avançar neste tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Muito obrigada pela informação, Secretário-Geral, mas não tinha conhecimento dessa interlocução com as autoridades cubanas ao mais alto nível. De todas as formas repito, li este Projeto de Resolução pela primeira vez ontem. Teria colocado à consideração de minhas autoridades. Volto a repetir que tenho que solicitar consulta e agregar isso que o senhor disse, que esse observatório será realizado sem recursos financeiros, ou seja, não serão dedicados recursos financeiros da ALADI para isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, ofereço a palavra a alguma outra Representação que queira intervir neste tema. O distinto Representante Permanente do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Queria dizer que desde que se propôs a possibilidade de criar esse Observatório, há uns três, quatro meses, eu consultei minhas autoridades e as mesmas estão de acordo com a criação. Então, o Brasil estaria disposto a apoiar a Resolução. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O distinto Representante Permanente da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, no mesmo sentido do que acaba de ser dito, a Argentina está disposta e muito comprazida por esta iniciativa. Apoiamos a aprovação desta Resolução para colocá-la em prática o antes possível. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O distinto Representante Permanente da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Muito obrigado, senhor Presidente. Também no mesmo sentido. Totalmente de acordo com esta nova visão da Secretaria. Considero este observatório muito interessante e, pelo caminho que estamos andando, estou totalmente de acordo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O Representante Alternativo da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luis Alejandro Sauce Navarro). Obrigado, Presidente. Da mesma maneira, nosso Governo manifesta sua satisfação e o apoio a esta proposta. O senhor Secretário esteve em nosso país no âmbito da Reunião da CELAC, recebeu o beneplácito de nosso Governo em termos de trabalhar toda a região em seu conjunto, Ásia Pacífico, em coordenação obviamente com organismos, como se vem desenvolvendo, no caso da CEPAL, com a Dra. Alicia Bárcena, e outras instituições, pois acreditamos que é um aspecto fundamental e importante no âmbito da situação internacional que está se desenvolvendo em nosso país. Então, de nossa parte, a disposição e a articulação através de nosso Vice-Ministério para Ásia, Oriente Médio e Oceania, que está à disposição por parte de nossa Chancelaria para apoiar esta iniciativa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. O distinto Representante Permanente do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández). Na mesma direção, senhor Presidente, estamos completamente a favor. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. O distinto Representante Permanente do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Alejandro Hamed Franco). Obrigado, senhor Presidente. Somamo-nos às Representações que expressam e indicam a importância da criação deste

Observatório que, indubitavelmente, é um marco diferente em nossa orientação para o futuro. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A distinta Representante Alternata do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Muito obrigada. Embora não tenhamos podido consultar especificamente os termos da Resolução, com o fundo do tema estamos de acordo e apoiamos a decisão da maioria. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. O Chile.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Presidente. Nossa Representação apoia com grande entusiasmo a iniciativa proposta pelo Secretário-Geral. Nós temos importantes vínculos com a Ásia no âmbito comercial e também no político através de diferentes fóruns, e também no âmbito bilateral, portanto colocamos à disposição desse Observatório tudo o que pudermos contribuir e o que for de relevância para o mesmo. Em particular, anedoticamente, antes de estar destinada para Montevidéu, fui a Chefa do Departamento Ásia e Oceania da Direção-Geral e Econômica da Chancelaria, portanto, poderia fazer algumas contribuições pessoalmente também. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternata do Chile. O distinto Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Gustavo Anda). Obrigado, Presidente. Somente para somarmo-nos ao apoio a essa interessante iniciativa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A distinta Representante Permanente da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (María Clara Isaza Merchán). Obrigada, senhor Presidente. No mesmo sentido e na medida em que a Secretaria-Geral assim considerar, estamos interessados em poder compartilhar, a partir da Chancelaria e do Ministério de Comércio Exterior, as experiências que puderem ser discutidas aqui e prestar-lhes o maior apoio.

PRESIDENTE. Obrigado. Há majoritária opinião favorável para a aprovação desta Resolução, portanto fica adotada e registrada com o número 393.

"RESOLUÇÃO 393

OBSERVATÓRIO - RELAÇÕES AMÉRICA LATINA – ÁSIA-PACÍFICO

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Artigo 38, letras b) e d) do Tratado de Montevidéu 1980.

CONSIDERANDO o grande dinamismo demonstrado pela região Ásia-Pacífico e sua crescente participação e importância na produção, no comércio e nos investimentos em nível mundial e, em particular, com a América Latina; e

a necessidade de estreitar os vínculos de cooperação entre ambas as regiões e de aprofundar o conhecimento do impacto do relacionamento com Ásia-Pacífico nos países-membros da ALADI,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Encomendar à Secretaria-Geral o estabelecimento de um Observatório das Relações entre a América Latina e Ásia-Pacífico, que terá como objetivo aprofundar o conhecimento das relações

econômicas entre ambas as regiões, bem como contar com um mecanismo permanente que facilite aos países-membros da ALADI a informação necessária para a adoção de suas políticas e estratégias sobre a matéria.

SEGUNDO.- Para o cumprimento desses objetivos, o mencionado Observatório deverá, entre outras, realizar as seguintes tarefas:

- a) Realizar uma monitoração permanente do impacto das relações entre ambas as regiões nos investimentos, no comércio e nos sistemas produtivos.
- b) Sistematizar a informação disponível em matéria das relações econômicas América Latina e Ásia-Pacífico.
- c) Elaborar estudos e documentos de análise sobre esse relacionamento e suas perspectivas, incluindo a publicação de boletins com informação atualizada sobre a matéria.

TERCEIRO.- O mencionado Observatório estará conformado pela Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, bem como outros organismos e instituições vinculadas à temática, com as quais sejam estabelecidos vínculos de trabalho.

QUARTO.- Com vistas a cumprir com o disposto pelos Artigos precedentes, o Secretário-Geral deverá adotar as ações administrativas que permitam contar com os recursos técnicos necessários, bem como para apresentar uma proposta que permita sua inclusão no Programa de Atividades da Associação 2012.

QUINTO.- Em cumprimento dos objetivos enunciados no Artigo Primeiro da presente Resolução, a Secretaria-Geral desenvolverá ações dirigidas a alcançar maior cooperação técnica e financeira pelos países ou áreas de integração econômica da região Ásia-Pacífico, bem como a reforçar a cooperação atualmente existente.”

10. Reunião de Ministros Responsáveis pelo Comércio (ALADI/RMC/I/Relatório Final).

... O seguinte ponto de nossa agenda é a Reunião de Ministros Responsáveis pelo Comércio. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado. Estamos imprimindo, tal como propusemos, as intervenções das Altas Autoridades de Comércio e proporemos ao próximo Comitê como se reflete essa Reunião em uma agenda complementar à da ALADI. Ou seja, vamos trabalhar com os Subsecretários e com os Chefes de Departamento em como, dessa Primeira Reunião de Altas Autoridades de Comércio, pode-se concluir uma agenda que enriqueça a agenda que a Associação já tem. Então, na próxima reunião do Comitê, estaremos em condições de refletir esse debate, que foi tão rico e tão importante, em uma agenda concreta. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Quero reiterar as felicitações pela feliz iniciativa de reunir as Altas Autoridades de Comércio. Penso que foi um exercício extremamente útil para a ALADI e, sobretudo, a utilidade que tem é que vai ter um acompanhamento e, portanto, podemos vislumbrar no futuro um enriquecimento importante da agenda de trabalho da Associação.

A Representação do Chile havia solicitado a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada, Presidente. Em relação à Reunião, quero transmitir a satisfação de nossas autoridades de capital pelos resultados da mesma, pelo nível que teve e pela projeção que tem para seguir trabalhando no futuro. Nosso Delegado na mencionada oportunidade me enviou alguns comentários sobre o Relatório. Não sei se é pertinente transmiti-los agora mesmo ou os transmitimos por nota, como os senhores preferirem.

PRESIDENTE. Obrigado. Penso que é melhor que o faça chegar por nota à Secretaria-Geral. Alguma outra Representação gostaria de fazer algum comentário a respeito deste tema? A Representante Alternata de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Somente reiterar que Cuba estará esperando a transcrição das apresentações dos participantes. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, distinta Representante Alternata de Cuba. Alguma outra Representação gostaria de intervir? Não sendo o caso, passamos ao ponto final de nossa Reunião.

11. Assuntos diversos.

... O Peru tem a palavra.

Representação do PERU (Jorge Tello). Senhor Presidente, obrigado. Somente queria informar aos distintos Representantes no Comitê que no dia 8 de dezembro, quinta-feira, foi publicada a Resolução Suprema 438 no Diário Oficial peruano, mediante a qual autoriza o Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru (MINCETUR), a efetuar um pagamento de US\$ 137.103,59 para a conta do Orçamento 2011 da ALADI. Isso será formalizado por nota nos próximos dias. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Alternato do Peru, pela informação que acaba de dar, a qual será devidamente registrada pela Secretaria. O distinto Representante Alternato da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Luis Alejandro Sauce Navarro). Obrigado, Presidente. Somente para agradecer à Associação Latino-Americana de Integração, a Ricardo Mitre, a todos os Chefes de Departamento e ao pessoal que faz uma semana e meia receberam aqui, na sede da ALADI, uma representação de atletas da Venezuela e do Uruguai no âmbito de um Projeto denominado: "42 km pela Paz e pela União da América Latina". Um Projeto que está sendo impulsionado pela Venezuela com organizações não governamentais e que já percorreu toda a América Latina. Esteve na Colômbia, esteve no Suriname, na Guiana, na Argentina, no Brasil, no Paraguai, e vai culminar justamente neste 17 de dezembro, quando se faz referência aos 181 anos do falecimento do Libertador Simón Bolívar.

Queríamos agradecer, em nome de nosso Governo, o grato recebimento grato por parte da Associação, sobretudo a participação também muito cordial do quadro de pessoal, que esteve acompanhando os atletas e compartilhando com eles suas experiências nesta iniciativa da integração que faz parte deste novo impulso dos países da América Latina. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, distinto Representante Alternato da Venezuela, pela informação proporcionada. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada. Com relação ao Projeto de Resolução que acabamos de aprovar referente à prorrogação da Resolução 374 e o prazo estabelecido da Resolução 380 também. Tenho uma dúvida. Na 380, há dois artigos que se referem a prazos de 31 de outubro, e nesta prorrogação somente nos referimos ao Artigo Quinto. O outro prazo, o do Artigo Quarto, não está sendo prorrogado ou se subentende que o mesmo prazo estaria cobrindo esta prorrogação?

PRESIDENTE. Obrigado. Daria a palavra à Secretaria. O distinto Representante Permanente da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Pensei que havíamos finalizado o tratamento deste tema, mas vejo que não. Como mencionei, a Proposta sobre as Normas de Recursos Humanos da Secretaria foi apresentada ao Comitê no dia 28 de setembro de 2011. Portanto, entendemos que o prazo foi cumprido. O que acontece é que agora é necessário aprová-la ou rejeitá-la, mas a preparação da proposta foi feita dentro dos prazos previstos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. O Chile.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Lamentavelmente, nós não temos o mesmo entendimento, porque o Artigo Segundo da Resolução 374 se referia à consideração de uma Proposta de Política de Recursos Humanos, não de um documento de normas sobre pessoal. Nós sempre entendemos, e várias Representações também o manifestaram, que uma política de recursos humanos era algo muito mais integral que as normas sobre pessoal, e é por isso que na Resolução 380 pedimos que isso fosse esclarecido, indicando que também estávamos referindo-nos aos cargos.

Evidentemente, no Artigo Segundo também diz que “estabelece-se que, durante o primeiro quadrimestre do ano 2011, o Comitê de Representantes considerará uma proposta sobre a política de recursos humanos aplicável aos funcionários da Secretaria, baseada em princípios de racionalidade dos recursos e eficiência nas funções, com base nos lineamentos que receberá oportunamente, a qual será elaborada pela Secretaria”. Essa proposta como tal não entendemos que seja saciada. Este parágrafo segundo da Resolução 374 com a apresentação do documento de normas, que evidentemente valorizamos, não responde nem completa o mandato incorporado no Artigo Segundo. É por isso que no Artigo Quarto e Quinto da 380 se estendem esses prazos. O prazo se estende a partir do Artigo Quarto, e, por isso, diz-se que o Artigo Quarto é o que estende o prazo. O Artigo Quinto o que faz é encomendar que esse documento contemple também uma proposta de reorganização.

Nós entendemos que, em tal sentido, se é que a prorrogação somente inclui o Artigo Quinto e não o Quarto, e esse é o entendido deste Comitê, estaríamos em falta no que se refere ao Artigo Quarto e, portanto, em falta no que se refere evidentemente ao encomendado pela Resolução 374. Pensamos que havia sido um erro e, por isso, estávamos manifestando, mas se não foi um erro não sei como poderíamos proceder adiante. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. O Representante Permanente de Argentina

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Como dissemos, não entendemos que haja uma vinculação direta entre ambos os temas e não nos parece necessário uma nova prorrogação de prazo para o tema que está propondo a Representação do Chile. Obrigado.

PRESIDENTE. Em todo o caso, eu não gostaria de reabrir o debate sobre este tema. O que considero que podemos fazer é que a distinta Representação do Chile faça um consulta à Assessoria Jurídica e, então, que seja determinada exatamente qual é a resposta para sua inquietude. Não me ocorre outra alternativa. Em todo caso, neste momento não me parece adequado que reabramos um tema tão confuso. Eu, pessoalmente, precisaria de uma

revisão detalhada do que o Chile está dizendo para poder ter um critério sobre isso. A Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Muito obrigada. Penso que uma revisão das atas, inclusive na qual se aprovou a Resolução 374, deixaria muito claro que quando falávamos de políticas de recursos humanos não nos referíamos ao documento de normas elaborado pela Secretaria. Isso ficou também em evidência nas reuniões do Grupo ad hoc para analisar este documento de normas, onde várias Representações mencionaram que parecia muito bem falar sobre as normas, mas era algo à parte. Por isso sempre nos referimos a um pacote integral. O tema da reestrutura não surge na Resolução 380, mas sim da 374, e isso todos temos claro. E, portanto, o tema da extensão do segundo parágrafo da 374 é até 31 de outubro, que se indica no Artigo Quarto da 380. Estaríamos em descumprimento nesse aspecto. Portanto, nós entendemos que a Argentina tem outro entendimento, absolutamente respeitável, mas nos reservamos o direito de propor um Projeto de Resolução para o próximo Conselho de Representantes. Pedimos à Secretaria que nos ajude na elaboração do mesmo para o primeiro Comitê de Representantes de 2012 com o fim de prorrogar não somente o Artigo Quinto como também o Quarto da 380. Obrigada.

PRESIDENTE. De acordo. Proceder-se-á dessa maneira. Alguma outra Representação gostaria de intervir? Não sendo o caso, dou por concluída a reunião ordinária.
